

## EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA NO PROJETO CAMPONÊS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

### RESUMO

A escola camponesa se revela como um projeto que se recusa a aceitar o desaparecimento do campesinato e a desigualdade social no campo. Foi, portanto, uma proposta que nasceu da resistência camponesa. Este artigo apresenta uma análise sobre a educação geográfica na Escola Família Agrícola (EFA) Dom Fragoso, localizada no município de Independência, Ceará. A pesquisa foi desenvolvida por meio de visitas de campo e rodas de conversas com alunos e professores entre os anos de 2010 e 2012. Ficou constatado que a Geografia tem desenvolvido uma leitura crítica sobre a dinâmica da sociedade atual. Nessa leitura, adotar uma postura que valorize a diversidade das formas de relação com a terra, que reafirme a cultura camponesa e que tenha as comunidades como espaços de formação social e política é uma atitude fundamental para fortalecer a luta pela terra e educação geográfica no semiárido.

**Palavras-chaves:** Escola camponesa. Educação geográfica. Semiárido cearense.

### ABSTRACT

The peasant school turns out to be a project that refuses to accept the disappearance of peasantry and social inequality in the countryside. It was, therefore, a proposal that grew out of peasant resistance. This article presents a lecture on the Geography education at the Family Farm School (EFA) Dom Fragoso, located in the municipality of Independencia in the state of Ceará. The research was conducted through field visits and rounds of conversations with students and teachers between the years 2010 and 2012. It was found that geography has developed a critical reading on the dynamics of contemporary society. In this reading, it was adopted a stance that values the diversity of forms of relationship with land, which reaffirms the peasant culture and considers the communities as space for formation social and political interaction which is considered a fundamental attitude to strengthen the struggle for land and the geography education in context with the semiarid.

**Keywords:** Peasant School. Geography Education. Semiarid in Ceará.

### RESUMEN

La escuela campesina se revela como un proyecto que se recusa a aceptar el desaparecimiento del campesinado y la desigualdad social en el campo. Fue, por tanto, una propuesta que nació de la resistencia campesina. Este artículo presenta una lectura sobre la educación geográfica en la Escuela Familia Agrícola (EFA) Dom Fragoso, localizada en el Municipio de Independência, Ceará. La investigación fue desarrollada por medio de visitas de campo y ruedas de conversación con alumnos y profesores entre los años de 2010 y 2012. Quedó constatado que la Geografía ha desarrollado una lectura crítica sobre la dinámica de la sociedad actual. En esa lectura, adoptar una postura que valore la diversidad de las formas de relación con la tierra, que reafirme la cultura campesina y que tenga las comunidades como espacios de formación social y política es una aptitud fundamental para fortalecer la lucha por la tierra y la educación geográfica contextualizada con el semiárido.

**Palabras-claves:** Escuela campesina. Educación Geográfica. Semiárido cearense.

Dra. Alexandra Maria de Oliveira  
E-mail: [alexandra.oliveira@ufc.br](mailto:alexandra.oliveira@ufc.br)  
Universidade Federal do Ceará  
Professora Associada I

## INTRODUÇÃO

O movimento camponês de luta pela reforma agrária no Brasil desenvolveu e conquistou diferentes dimensões sociais, políticas, econômicas e territoriais no País. A conquista de frações do território capitalista que estão sendo apropriadas pelos camponeses na luta pela terra tem contribuído para o fortalecimento do setor de educação nos assentamentos rurais. Após mais de uma década, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) foi permitindo a conquista de espaços e modalidades de ensino que se ampliam, fortalecendo a relação entre campo e cidade e entre universidade e escola básica do campo. As lutas do povo acampado e assentado dentro e fora dos acampamentos e dos assentamentos tornaram-se recurso poderoso na espacialização das lutas camponesas por terra, trabalho, educação e dignidade, as quais estão desenvolvendo na fração do território conquistada o sentido de triunfo proposto por Raffestin (1993).

A análise da educação presente no campo brasileiro passa, nos dias atuais, pela leitura de dois projetos inconciliáveis: um projeto oficial, majoritário, feito em nome das relações hegemônicas, que acaba sendo pactuado entre as elites, e o outro popular, defendido pelos movimentos sociais e pelas representações camponesas, que atende as necessidades básicas do povo do campo. Assim, a manutenção de diferentes formas de produção e trabalho na terra camponesa, a valorização da cultura camponesa, a luta por direitos e por uma educação do campo são componentes da luta pela reforma agrária dinamizada no seio dos movimentos e das representações camponesas.

A Escola Família Agrícola (EFA) D. Frágoso em estudo é parte constitutiva da luta camponesa por dignidade, reforma agrária e educação do/no campo. O alunato dessa pesquisa é formado por jovens (rapazes e moças) residentes nas áreas de assentamentos e nas comunidades rurais, na faixa etária de menos de 22 anos, conscientes da importância da permanência na escola. Muitos deles sonham em ter acesso à universidade ou concluir um curso técnico profissionalizante ou, ainda, ser professor, para melhorar a sua vida e as condições de seu assentamento de origem. Para esses jovens, o sonho de conseguir nos assentamentos e nas comunidades melhores condições de vida é fortalecido com o acesso à educação e à organização social.

Conforme Sales (2007), isso não impede a existência de ambiguidades no cotidiano dessa juventude. Muitas vezes, o mundo real, que consiste no trabalho da roça, nos afazeres domésticos e nas viagens diárias a pé para a escola, é barrado, no final do dia, pelo mundo midiático e colorido das telenovelas.

Mesmo assim, o que se pode dizer desses jovens é que enquanto uns cultivam a ilusão de ir para a cidade outros almejam conseguir, nos assentamentos e nas comunidades de origem, ampliação da renda familiar, inovação de tecnologias que lhes sejam apropriadas e melhores condições de vida. A conquista dos assentamentos trouxe para as crianças e os jovens sem-terra a esperança da autonomia. Assim, no Ceará, a escolha dos jovens por ficar no campo tem revelado uma opção incessante por um projeto de desenvolvimento rural a favor do povo do campo. Para esses jovens, é preciso lutar cotidianamente para ter condições de sobreviver na terra conquistada.

Essa é uma realidade muitas vezes negada pelos currículos escolares. Para Oliveira e Silva (2009), as escolas rurais, no geral, desconsideram a diversidade de fatos e ações da realidade local, realizando, assim, um ensino estagnado, descontextualizado, porém comprometido com a construção da aceitação passiva de novas formas de socialização do capitalismo ou com relações propostas pela política educacional oficial. Paralelo a isso, a escola do campo é produto de seus sujeitos – trabalhadores e trabalhadoras do campo – e de suas especificidades construídas nas trajetórias de suas organizações. A escola do campo está

vinculada aos interesses dos camponeses, em uma educação contextualizada com o semiárido e a favor de um projeto de desenvolvimento popular para o campo.

#### A GEOGRAFIA NO PROJETO DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

A análise sobre a relação entre Geografia e escola camponesa é recente, do ponto de vista teórico e metodológico da ciência e da pesquisa com a disciplina escolar. Os processos de espacialização e territorialização dos movimentos sociais e a contribuição da Geografia Agrária na leitura sobre as transformações territoriais ocorridas no campo brasileiro têm sido o fundamento de uma matriz teórica que tem por base a teoria social, e apresenta trabalhos pioneiros na análise sobre os movimentos sociais e sobre a educação no e do campo.

Em 1998, foi realizada a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, uma parceria entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Universidade de Brasília (UnB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A partir desses eventos, o poder público passa a reconhecer a necessidade de pensar uma legislação com especificidade na educação para os povos camponeses e, assim, em 2002, o Conselho Nacional de Educação aprova as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. Cabe fazer uma distinção entre rural e campo, que vem associada a uma perspectiva histórica de referência aos povos do campo como rudes e ignorantes, como pessoas que viviam no lugar do atraso. Por outro lado, a concepção de campo vem com outro sentido, trazendo a identidade e a cultura dos camponeses, valorizando os sujeitos e seu jeito de viver na terra e da terra. A educação do campo está, pois, articulada a um projeto político, econômico e de cunho humanista, voltada para o respeito aos povos que nele vivem.

É preciso esclarecer que a definição de escola do campo tem sentido somente quando pensada a partir das particularidades dos povos do campo. Essa definição está referendada no parágrafo único do art. 2.º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (CNE/CEB, 2002).

Trata-se de uma educação que deve ser no e do campo – no, porque “[...] o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive”; do, porque “[...] o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002:26). Para tanto, faz-se necessário que a escola seja comprometida com a adoção de um currículo dialógico que resulte na construção de sujeitos críticos, participativos, e com ações voltadas para a emancipação. Nessa leitura, a escola do campo é produto de seus sujeitos – trabalhadores e trabalhadoras do campo – e suas especificidades construídas nas trajetórias de luta de suas organizações. A escola do campo está vinculada aos interesses dos camponeses e se posiciona a favor de um projeto de desenvolvimento popular para o campo.

Nesse contexto, como disciplina escolar, a Geografia, tem papel relevante no entendimento dos processos que envolvem a formação socioterritorial do povo do campo. O reconhecimento da prática discente e docente com a disciplina no mundo da escola camponesa, indígena e quilombola tem possibilitado um repensar sobre a prática pedagógica com a formação de professores.

O ensino de Geografia vem somar nessa abordagem ao contribuir, como as demais disciplinas curriculares, para o desenvolvimento do aluno quanto à capacidade de observar, analisar, interpretar e pensar criticamente a realidade, em constante transformação. Cabe à geografia a construção de uma leitura de realidade que envolva a relação sociedade e natureza. A Geografia deve levar o aluno a compreender “[...] o espaço produzido pela sociedade atual, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza” (Oliveira, 1994:142).

Nessa leitura, conforme Oliveira (1994), a apropriação da natureza se dá pelo trabalho, que é um ato social que se estabelece na relação sociedade-natureza. Portanto, é fundamental o entendimento da sociedade para se entender a natureza, já que esta última é apropriada historicamente.

A Geografia, como ciência social e disciplina escolar, adquire dimensão fundamental no currículo: um ensino comprometido com a construção de uma postura crítica por parte dos alunos diante da realidade. E quiçá possa contribuir para a transformação dessa realidade.

A Geografia, como disciplina escolar, também deve “[...] ajudar [os jovens] a formar raciocínios e concepções mais articulados e aprofundados a respeito do espaço” (Cavalcanti, 1988:24). O importante é possibilitar aos alunos a reflexão sobre fatos, processos, acontecimentos e fenômenos enquanto constituídos de múltiplos determinantes e múltiplas explicações, entre as quais se encontra a espacial. A participação dos jovens na vida do bairro, da cidade, da comunidade ou do assentamento rural poderá ser mais efetiva se eles conseguirem pensar sobre seu espaço de forma mais abrangente e crítica. Assim, essa ciência poderá contribuir para a formação cidadã e para a criticidade dos jovens camponeses.

De acordo com Cavalcanti (2002:71), o ensino acontece mediante “processo de conhecimento do aluno mediado pelo professor”, portanto, é carregado de características próprias de cada ambiente escolar. Juntamente com a formação, com os valores, conhecimentos, modos de pensar e com as linguagens do corpo docente da escola, o ensino permite que cada sala de aula seja diferente, não apenas pela infraestrutura da escola e pela mediação do educador, mas essencialmente pelos estudantes ali participantes.

Ao longo das visitas à EFA D. Frágoso, foram feitas rodas de conversas e entrevistas com as turmas presentes na escola, respondidas questões propostas, como perguntas cujas respostas abriam a possibilidade de avançar na colocação de opiniões, de sugestões e inclusive de dúvidas.

Tanto nas rodas de conversa como nas entrevistas observou-se a importância da Geografia na escola. Perguntados sobre o que gostam de aprender em Geografia, uma estudante do 3º ano relatou: “Gostei de aprender a ver e ler mapas porque eu não conhecia nada sobre o assunto e depois que tive aulas de geografia na escola, passei a gostar”; um estudante do 2º ano confessou: “gosto de geografia porque ela nos faz conhecer o Brasil”; um estudante do 1º ano afirmou que a “geografia é importante, pois explica muito sobre a realidade do mundo”; uma estudante do 2º ano ressaltou a importância da geografia, afinal a disciplina enfoca o espaço em que ela está inserida: “em geografia, vemos agricultura patronal, revolução verde, estatuto da terra etc.”. Nessas leituras, a Geografia é mundo social, mas também é economia e política. Não economia e política descontextualizadas, ao contrário, existe toda uma preocupação em se estudar temas como estatuto da terra, revolução verde e agricultura patronal para se entender as raízes dos conflitos pela posse de terra, que perduram no campo até os dias atuais.

A Geografia também foi apresentada na leitura dos temas localização e problemática ambiental. Perguntados sobre como a Geografia ajuda a pensar o lugar em que se vive, uma estudante do 3º ano relatou: “todas as aulas são relacionadas com a realidade de cada jovem. Por exemplo, hoje sei que para localizar minha comunidade, preciso dos dados geográficos; onde aprendi isso? Na geografia”; um estudante do 1º ano afirmou que a Geografia “ajuda bastante; nas aulas debatemos sobre a questão hídrica da região, os usos indevidos dos solos, o clima, etc. Porque tudo isso faz parte da realidade”; uma aluna do 2º ano declarou que ajuda, sim, “porque se não temos uma paisagem bonita é porque as pessoas não respeitavam o meio ambiente. Hoje, devemos cuidar do meio ambiente”; outra estudante do 1º ano, disse: “Sim, ajuda a entender que devemos cuidar melhor de nosso meio ambiente e não fazer queimadas. Mas os agricultores não acreditam que dê certo de outra maneira. Hoje temos solos fracos porque já houve muitas queimadas”.

A questão ambiental, as queimadas e a degradação dos solos apareceram como os principais problemas ambientais da região de influência da EFA D. Fragoso, seguidos da questão hídrica e da perda da biodiversidade.

Ao discutir a relação entre campesinato e formas de uso da terra no semiárido cearense, Oliveira e Pereira (2011) afirmaram que o quadro atual tem revelado uma situação de desgaste dos solos nunca vista nos sertões cearenses, como resultado, em parte, da rotação de terras na atividade agrícola presente na cultura sertaneja, embora outros fatores também devam ser considerados: povoamento do semiárido; expansão das olarias; retirada de lenha para fornos e de carvão; falta de orientação técnica. Isso quer dizer que, mesmo sem atividade agrícola, com a rotação de terras e a coivara esses outros fatores irão contribuir para a degradação do solo porque a retirada da vegetação, entre outros processos, expõe o solo à erosão.

Na EFA, a Geografia como disciplina escolar está contextualizada com o projeto interdisciplinar proposto pela escola, que tem por base a convivência com o semiárido. Esse trabalho interdisciplinar é desenvolvido de forma investigativa, com levantamentos preliminares da realidade; socialização das situações retratadas; identificação de situações problemas e possibilidade da emergência de um tema gerador. Nessa perspectiva, “[...] a Geografia, ao trabalhar com o tema gerador e com as questões geradoras, tem condições de contribuir para que os alunos superem o senso comum mediante uma metodologia dialógica e chegar a um conhecimento mais elaborado e científico” (Pontuschka et al., 2007:154).

Em um momento de socialização das pesquisas na aula de Geografia que tinha como tema a cultura camponesa, Araújo (2011:49) revelou que no diálogo surgiram como elementos característicos a enxada, o chapéu de palha, a produção agrícola, a cisterna de água e, também, o lápis e o caderno, identificando a importância da educação camponesa, hoje. Uma questão curiosa foi a referente ao significado do que é ser jovem do campo. Entre os relatos, podem-se destacar: “ser jovem do campo é se identificar com o campo e desenvolver práticas de acordo com a realidade camponesa e principalmente defender sua identidade” (estudante 1º ano); “é poder valorizar nossa origem e trabalhar na terra, sem destruí-la” (estudante 3º ano); “é poder assumir sua identidade e ter compromisso de buscar novas alternativas para com o meio onde vive, assim, melhorando minha realidade e minha comunidade” (estudante 3º Ano).

Nas “cenas carregadas de geografia” (Cavalcanti, 1998:122) descritas pelos estudantes, ser jovem do campo passa pelo sentimento da condição camponesa presente na reafirmação da cultura e pela relação entre a produção e a reprodução de inovações de tecnologias que lhes sejam apropriadas no trabalho com a terra.

Dessa forma, a importância da Geografia no ambiente escolar também se dá pela necessidade que tem os estudantes de apreender o espaço como dimensão da prática social cotidiana. Segundo Cavalcanti (2002:74),

O espaço e as percepções e concepções sobre ele são construídos na prática social, de modo que vai se formando um conjunto de saberes sobre esse espaço, mais ou menos sistematizados, científicos ou não. O conhecimento desse conjunto de saberes, a consciência do espaço, ou da “geografia” do mundo, pode ser construído no decurso da formação humana, incluindo aí a formação escolar. Por isso ela é estudada na escola.

A autora apresenta a importância da Geografia na escola. A partir dos relatos expostos pelos estudantes, percebe-se que a construção do saber geográfico está sendo refletido através das experiências desenvolvidas nas comunidades e da vivência na EFA Dom Fragoso.

Partindo dessa premissa, o monitor vai estimulando a reflexão realizada em conjunto com os estudantes e apreendendo possibilidades de inter-relacionar os conhecimentos adquiridos. Nesse momento, como diz Paulo Freire (2001:210), “[...] o saber mais apurado da liderança se refaz no conhecimento empírico que o povo tem, enquanto o deste ganha mais sentido no daquele”.

No processo de ensino e aprendizagem na EFA, a professora de Geografia não é somente professora de uma disciplina, mas é também monitora de uma escola contextualizada com a pedagogia da alternância, onde ela optou por um projeto de formação em comunhão com os jovens camponeses e onde convive diariamente com colegas de outras disciplinas e alunos provenientes de contextos diversificados. Diante dessa complexa realidade, o monitor e os alunos desenvolvem a oportunidade de realizar trabalhos (domésticos, técnicos, pedagógicos) conjuntos em diferentes situações, sempre seguidos do diálogo, da organização e da sistematização das experiências.

Em visita à escola, encontraram-se experiências de trabalho conjunto desenvolvidas por monitores e jovens camponeses as quais se revelam como ações alternativas baseadas na agroecologia e consideradas fundamentais na convivência com o semiárido. Em todas as unidades produtivas, o trabalho da família (escola EFA) orienta a produção e o consumo de plantas e animais. A produção excedente, quando ocorre, é repassada para a feira agroecológica, dinamizada pelos jovens que divulgam e vendem seus produtos, mas que também forjam nesse espaço a troca de sementes e de experiências entre as comunidades. Embora haja a comercialização de criações (caprinos), é o uso familiar que comanda o processo, uma vez que a venda é destinada à obtenção de outras mercadorias, também necessárias à reprodução das unidades de produção e consumo da EFA, como material de expediente, abastecimento do transporte ou materiais de estudo e mística. Assim, a produção comercial acontece tendo por base a lógica de uso camponesa, e não o interesse de lucro.

As unidades de produção e consumo como espaços de formação possuem suas combinações, seus consórcios e suas experimentações, constituindo-se, portanto, em sistemas agroecológicos desenvolvidos pelos jovens camponeses como forma de encontrar caminhos de convivência com o semiárido e com a continuidade de um modo de vida e trabalho, caminhos esses organizados pela juventude camponesa em torno daquilo que, para Martins (1986), lhe é próprio – o trabalho familiar. É nessa escola de trabalho agrícola familiar, com suas práticas cotidianas, que os jovens camponeses estão caracterizando seu projeto de vida e luta pela terra.

Podem-se lembrar, ainda, os constantes trabalhos realizados nas comunidades em parceria com as famílias, os estágios de vivência, os projetos profissionais dos jovens, onde conteúdos como questão agrária, uso da terra, camadas dos solos, recursos hídricos e curvas de nível são amplamente debatidos em campo, em grupos de estudo, entre outros espaços de formação.

Vale lembrar que o trabalho em conjunto, a dialogicidade e a expressividade revelada através da escrita ou da oralidade na escola ou na comunidade são dimensões que não podem ser deixadas de lado no processo de construção do conhecimento da EFA.

O sistema de avaliação na Geografia, assim como nas demais disciplinas pedagógicas, abrange as seguintes competências e atividades: vivência dos estudantes nos seminários realizados em grupo; habilidades técnicas e pedagógicas; participação e comportamento nas aulas; exposições orais apresentadas na escola; reuniões comunitárias; práticas e relatórios de campo; resultados expressos em conceitos ou em notas, obtidos em provas escritas de acordo com o regimento escolar.

Foi possível observar na EFA Dom Frágoso que o foco do conhecimento a ser alcançado no ensino não se localiza no professor ou na ciência e sim na realidade na qual

aluno e professor estão inseridos. Para Vesentini (1994:37) “Integrar o educando no meio significa deixá-lo descobrir que pode tornar-se sujeito na história”.

Para Pontuschka (2006), uma formação geográfica rica em conteúdos, métodos e técnicas de análise ajudam o educando a fazer a leitura do espaço. O estudante tem a possibilidade de vislumbrar caminhos para o conhecimento do mundo e de aprender a se inserir nele de forma crítica e participativa. Assim, acredita-se que a presença da Geografia no currículo corrobora a conscientização do estudante enquanto sujeito que consegue produzir uma leitura crítica da realidade, rompendo com a alienação e valorizando a cultura camponesa.

Pelo caráter popular e emancipatório da escola na elaboração curricular, enxerga-se o currículo de geografia a caminho do compromisso com a construção de uma geografia crítica que tem permitido aos jovens, no processo de formação básica, posicionar-se em relação ao futuro e construir caminhos alternativos para o futuro, seja via projetos de pesquisa desenvolvidos nas comunidades seja via inserção política em organizações camponesas. Essa é uma dimensão importante para quem pretende a formação de uma juventude empenhada em transformar a realidade presente.

De acordo com Pontuschka (2006), na prática docente que se pretende ter por base experiências de vida dos alunos e fenômenos do cotidiano,

É preciso compreender as lutas, conflitos, estratégias e relações de dominação existentes na construção de um currículo que reflete interesses defendidos quase sempre pelas elites de um país e que podem se apresentar mais ou menos autoritários dependendo das forças sociais em jogo (PONTUSCHKA, 2006: 269).

Na relação entre a EFA Dom Frago e a realidade social, a construção de um currículo possível de mudanças e flutuações se estabelece, muito embora princípios como formação humana, compromisso social, convivência com o semiárido e respeito à cultura camponesa sejam a base para a formulação curricular da escola. A opção por situar o saber popular no interior da proposta curricular, ao invés de utilizá-lo apenas como ponte para o saber erudito, favorece o amadurecimento de novas modalidades de organização curricular, o que aproxima o envolvimento do estudante com o planejamento de sua aprendizagem.

Dessa forma, a educação geográfica contextualizada no projeto camponês de convivência com o semiárido rompe com a condição curricular da escola urbana, que reflete, quase sempre, os interesses de uma ideologia dominante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola camponesa EFA D. Frago é parte constitutiva de um projeto de desenvolvimento para o campo, construído pelos camponeses na luta pela reforma agrária. Nesse contexto, a escola assume um papel fundamental na formação dos jovens do campo, pois, em conjunto com o aprendizado técnico e o conhecimento crítico do cotidiano comunitário, são construídas relações de respeito, humildade, afetividade e comunhão, as quais serão compartilhadas com as famílias e com o coletivo de jovens organizados nas comunidades ou nos assentamentos rurais.

A experiência educativa da EFA D. Frago vem promovendo a ampliação de espaços de debate político sobre a educação do/no campo e a pedagogia da alternância no contexto do semiárido. Práticas e saberes e educativos desenvolvidos inicialmente na escola são socializados nas comunidades, em instituições de ensino e pesquisa e em rede de sociabilidade que envolve organizações camponesas e órgãos públicos em torno das escolas no/do campo.

A reflexão sobre o ensino de Geografia na EFA D. Frago tem levado alunos e professores a (re)pensarem a prática educativa e o papel da escola como lugar de construção

Geosaberes, Fortaleza, v. 6, número especial (2), p. 46 – 54, Novembro. 2015.

de conhecimentos e aprendizagens significativas no contexto espacial no qual está inserida. Nesse caminho, a Geografia como disciplina escolar compõe o projeto interdisciplinar, que tem como tema transversal a convivência com o semiárido, cabendo, portanto, à disciplina uma leitura analítica da dinâmica da sociedade atual, dividida em classes sociais com conflitos e contradições. Nessa leitura, adotar uma postura que valorize a diversidade das formas de relação com a terra, que reafirme a cultura camponesa e que tenha as comunidades e os assentamentos rurais como espaços de formação e de interação social e política é fundamental para o fortalecimento da geografia como disciplina escolar. A pesquisa apresentada insere-se nas análises que discutem a educação geográfica contextualizada como parte constitutiva da luta pela terra presente na história do campesinato brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, B.X. **Saberes geográficos e práticas agroecológicas na educação do campo**. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Departamento de Geografia da UFC, Fortaleza, CE, 2011. 58f.
- CALDART, R. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: **Educação do campo: identidade e políticas públicas- Caderno 4**. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo”, 2002.
- CNE/CEB – Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. MEC, Brasília, 2002. <portal.mec.gov.br> acesso em 10 de maio de 2013>.
- CAVALCANTI, L.S. Geografia escolar e a construção de conceitos no ensino. In: Cavalcanti, Lana de Sousa. **Escola, geografia e construção de conhecimentos**. Campinas, SP. Papyrus: 1998. Pp. 87-136.
- \_\_\_\_\_. Geografia escolar e procedimentos de ensino numa perspectiva socioconstrutivista. In: **Geografia e Prática de ensino**. Goiânia; Alternativa, 2002. Pp. 71-100.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a libertação**. Paz e Terra. São Paulo, 2001.
- MARTINS, J.S. **Não há terra para plantar neste verão** (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). Petrópolis: Vozes, 1986.
- OLIVEIRA, A.M.; SILVA, E.V. Geografia e Escola do campo: saberes, práticas e resultados. In: **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, ano 08, número 16, Fortaleza, 2009. Pp. 139-148.
- OLIVEIRA, A.M.; PEREIRA, R. C. M. Campesinato e uso da terra no semiárido cearense. In: **Geografia** – Vol. 36, n. 2 – Rio Claro: AGETEO, 2011. Pp. 237-250.
- OLIVEIRA, A. U. Educação e Ensino de Geografia na realidade Brasileira. In: OLIVEIRA, A.U. (org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?** São Paulo: Contexto, 1994. Pp. 135-144.
- PONTUSCHKA, N. A formação geográfica e pedagógica do professor. In: SILVA, J. B. LIMA, L. C. e DANTAS, E.W. C. (orgs.). **Panorama de Geografia Brasileira 2**. São Paulo: Annablume, 2006. Pp. 269-279.
- PONTUSCHKA, N.; PAGANELLI. T.; CACETE, N.(orgs.) **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Ed. Ática, São Paulo, 1993.
- SALES, C.M.V. Gênero e geração no âmbito dos assentamentos rurais e da reforma agrária. In: SALES, C.V; AMARAL, C.C.; ESMERALDO, G.G. e BARQUETE, P.R. (Orgs.). **Terra, sujeitos e condição agrária**. Fortaleza: Imprensa universitária, 2007. Pp. 79-99.

VESENTINI, J. W. Geografia Crítica e Ensino. In: OLIVEIRA, A.U. (org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?** São Paulo: Contexto, 1994. Pp. 30-38.

Agradecimentos ao PET Geografia UFC/SESu pela concessão de bolsa de tutoria.